

O Instituto tem perdido técnicos especializados para as empresas privadas por causa dos baixos salários

Além do Governo e prefeituras, o Instituto Jones dos Santos Neves faz projetos também para comunidades

Governo faz do Instituto Jones, cabide de emprego

Nelsa Amaral

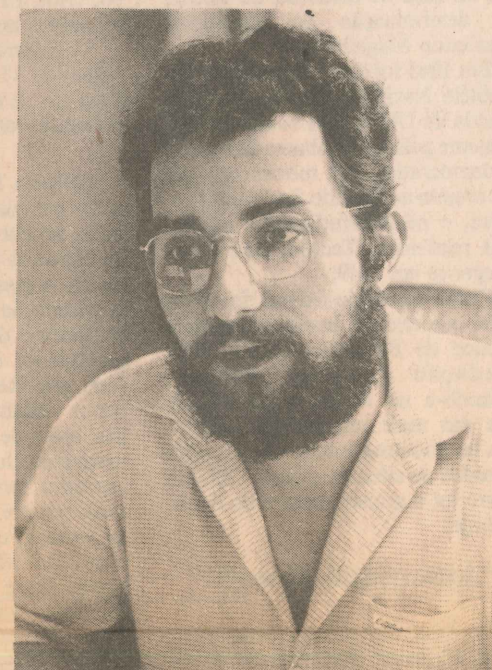
Principal pólo de pesquisa e produção científica do Espírito Santo, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), procura retomar suas funções de assessorar tecnicamente — e quase sempre gratuitamente — o Governo do Estado, prefeituras e a própria comunidade, um papel fundamental para a dinâmica administrativa do Estado e que nos dois últimos governos, serviu apenas como um cabide de empregos, já que ali se encontrava os melhores salários da administração estadual. Hoje, mais da metade de seus funcionários trabalham em outros órgãos do Estado e a consequência imediata foi a compressão salarial, que fez com que o Instituto sofresse uma evasão de técnicos especializados.



Penha quer respostas muito mais adequadas



Marta: "População desconhece nosso trabalho"



Haroldo: lutando contra o desvirtuamento

Estado reconhece desvio de funções

O Governo do Estado reconhece que a utilização indevida do Instituto Jones dos Santos Neves, na contratação de funcionários para outros setores da administração estadual, desvirtuou suas verdadeiras funções e ainda representa um empecilho para a sua reestruturação que, sem dúvidas, obrigatoriamente terá que passar pela reformulação do quadro de cargos e salários. Tanto reconhece que já começou a estudar uma forma de manter esse pessoal excedente nos respectivos órgãos onde prestam serviços. Para o coordenador estadual de Planejamento, Ricardo Santos, a quem o IJSN está subordinado, a performance do que ele considera "o principal órgão técnico do Espírito Santo" já começará a ser vista, tão logo o Governo do Estado recupere seus investimentos a longo prazo, os chamados planejamentos estratégicos.

Ricardo Santos admite que o Instituto Jones dos Santos Neves passou por uma crise de identi-

Criado em 1975 para subsidiar tecnicamente as ações do Governo, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) passou por uma crise de identidade, um problema enfrentado pelos órgãos de planejamento de todo o país. Foi a chamada queda da tecnocracia, ou, mais precisamente, a sua desmistificação. Só que, aqui no Espírito Santo, aproveitando essa fase negativa, o IJSN passou a ser visto como um excelente cabide de empregos, sem contar que seus salários, ainda que nem tão atraentes, eram os melhores dentro da estrutura administrativa estadual. Por causa disso, hoje, o principal pólo de pesquisas do Estado está com mais da metade de seu quadro, exatamente 53% de seus funcionários — 147 dos 279 —, fora do órgão, prestando serviços nos demais segmentos do Governo.

A contratação excessiva de funcionários através do Instituto Jones dos Santos Neves, se passou basicamente nos governos de Eurico Rezende e Gérson Camata, sobretudo neste último. A estratégia era simples. Diante da impossibilidade de as secretarias estaduais e outros órgãos públicos de arregimentar pessoas, as contratações eram feitas pela autarquia. Com isso, o quadro do IJSN inchou, apesar da sua equipe técnica permanecer basicamente a mesma e, de quebra, ocorreu um achatamento salarial que provocou a evasão de técnicos altamente especializados, uma vez que o instituto não conseguiu manter os níveis salariais compatíveis com os de mercado. Foi o bastante para que o órgão passasse por uma crise, reduzindo a sua produção científica e, principalmente, deixando de atuar como um verdadeiro órgão de planejamento.

O atual diretor-superintendente do IJSN, Haroldo Corrêa Rocha, que assumiu o órgão há pouco mais de um mês, acha que o fato de o Instituto ter sido usado como um fornecedor de mão-de-obra para a administração estadual, é uma distorção que precisa ser imediatamente corrigida. E não é para menos. Hoje, apenas 47% de seus funcionários trabalham realmente em função de estudos, pesquisas e projetos. Os 53% restantes, apesar de incharem a sua folha de pagamento, não prestam serviços para ele. Com isso, como admite o próprio diretor, houve uma compressão salarial no órgão, de negativas repercussões.

“Nós perdemos excelentes técnicos, apesar do Instituto ainda manter uma equipe altamente especializada. Mas, a permanecer a atual situação, continuaremos a perder esse pessoal para as grandes empresas, cujos salários são bem superiores aos nossos”, disse Haroldo Corrêa. Atualmente, a média salarial está em torno dos Cz\$ 12 mil, para uma jornada de oito horas/dia de trabalho, sem contar os finais de semanas e as horas excedentes em pesquisas de campo. Conforme lembrou Marta Zorzal e Silva, diretora administrativa e financeira do IJSN, o órgão é essencialmente técnico e não burocrático e, portanto, “não existe aquela coisa de, acabou o horário, bate-se o ponto e vai-se embora”.

Na medida em que a instituição passou a ter um papel de contratar gente para todos os órgãos do Governo, teve também desvirtuado o tipo de técnico necessário para adequar às funções que desempenha, como lembrou Maria da Penha Cossetti, diretora técnica do IJSN. Deixou de ser avaliado a capacidade técnica de quem era contratado, já que automaticamente seria colocado à disposição de qualquer órgão burocrático. Com isso, perdeu novamente o Instituto, apesar do seu superintendente achar que os 130 funcionários que hoje estão atuando efetivamente no órgão “são pessoas jovens, de alto nível técnico e adequados à função do Instituto”.

Reestruturação

Para a atual diretoria, a reestruturação do Instituto é fundamental, não só reformulando o plano de cargos e salários, para evitar a evasão de mais técnicos, como também corrigir essas inversões, voltando a priorizar a pesquisa. Retomar àquela época em que o órgão era reconhecido e quando planejamento era prioritário para incrementar a política de modernização administrativa estadual. De 1976 a 1983, o Instituto Jones dos Santos Neves elaborou mais de 300 projetos e estudos para todo o Estado, e não somente subsidiando ações do Governo, mas também prefeituras e comunidades.

A produção, no entanto, caiu nos últimos anos — o IJSN ainda não tem o levantamento atual — mas, para Haroldo Corrêa Rocha, isso também foi uma consequência da crise vivida por todos os órgãos de planejamento do país. “A tecnocracia foi desmistificada. Antes, ela vivia colada aqueles que tinham o poder. Essa desmistificação foi boa, mas, ao acontecer, foi também renegada a um plano inferior e isso não foi bom”, ponderou. Aliada a essa queda da supervalorização da técnica, Haroldo Corrêa lembra que não só o Estado, mas todo o país passou por profundas transformações políticas e econômicas, que também repercutiram negativamente na produção científica, sobretudo diante da contenção de gastos que obrigatoriamente as administrações estaduais tiveram que fazer.

Hoje, a situação é vista sob um diferente ângulo, pela atual diretoria do Instituto. “Agora, os governantes são legitimados pela sociedade e eles precisam dar uma resposta muito mais adequada aos anseios da comunidade”, como frisou Maria da Penha Cossetti, ao exemplificar o governo Max Mauro, onde as prioridades anunciadas — habitação, meio ambiente, transporte coletivo e saneamento básico — precisarão imprescindivelmente dos estudos do Instituto, e novamente ele terá o papel de assessorar tecnicamente as decisões governamentais.

Essa é a grande diferença, segundo o superintendente Haroldo Corrêa Rocha. Agora, no seu entender, o sistema do planejamento terá que estar obrigatoriamente voltado para as reivindicações sociais. Mesmo porque, a comunidade, para a atual diretoria do órgão, é que vai delimitar as ações do Governo. E a alternativa tem sido pro-

vocar uma maior aproximação dos técnicos com a sociedade, de modo a adequar as necessidades à realidade política do Estado.

Engavetados

Ainda que a população cobre das autoridades soluções para o problema do transporte coletivo, da poluição industrial, do crescimento econômico, do emprego e da ocupação do solo — principais fontes de estudos do IJSN — as alternativas apresentadas pelo órgão chegam efetivamente até à comunidade? Maria da Penha Cossetti, garante que sim, pelo menos não considera os projetos totalmente perdidos. “Não somos um órgão executivo. Nós damos embasamento, técnico, para que se tomem as decisões, e isso vai depender das correlações de forças políticas. Mas o nosso trabalho, executado ou não, vai estar lá, e como todo o estudo visa a um planejamento sempre pensando no futuro”, não estará perdido”, justificou.

Também para a diretoria administrativa e financeira do IJSN, Marta Zorzal e Silva, os trabalhos feitos pelo órgão e desconhecidos da grande maioria da população, não quer dizer que sejam inexecutáveis. Ressalta que são trabalhos científicos de análise da realidade, que permitem que sejam tomadas decisões sobre eles, a exemplo do Transcol — Programa de Transporte Coletivo, que atualmente esbarra num problema político na Assembléia Legislativa, porque se discute a gerência da frota de 200 ônibus cuja compra é apontada como uma alternativa pelo programa, para interligar os terminais que serão construídos na Grande Vitória —, do PDRI (Programa de Desenvolvimento Rural Integrado) que, mesmo não tendo sido executado na sua totalidade, tiveram fases implementadas, a partir dos conhecimentos acumulados pelos técnicos do Instituto.

Mas não é somente para o Governo do Estado que o órgão presta assessoria. Conforme Haroldo Corrêa Rocha, o IJSN atende a prefeituras que têm demandas específicas, como também a vereadores, a movimentos organizados da população e ao cidadão comum, (através de sua biblioteca, onde estão acumulados todos os trabalhos feitos). Recentemente, a comunidade de Cobilândia enviou uma consulta ao órgão, querendo saber da viabilidade de se construir uma ciclovia ao longo da avenida Carlos Lindenberg, em Vila Velha. Essa foi uma solicitação da própria comunidade e não da Prefeitura local. Também não caberá ao órgão a execução da obra. Mas, o trabalho foi feito. Por isso o diretor contesta a afirmação de que o órgão detinha uma grande quantidade de projetos engavetados. “Eles estão lá e podem subsidiar uma decisão. A gente dá alternativas técnicas, mas elas terão que passar pela discussão e pela negociação política, porque nem sempre as nossas respostas são convenientes do ponto de vista político”, admitiu Haroldo Corrêa.

Por isso, a diretoria técnica do Instituto, por exemplo, vê com certa naturalidade a ingerência

política sobre os trabalhos que realizam. Segundo Maria da Penha Cossetti, o IJSN tem consciência de que é o único órgão do Estado capaz de discutir problemas complexos, como ordenamento urbano, transporte coletivo e crescimento econômico, e até os mais simples, como a questão da falta de troco nos coletivos da Grande Vitória. O conhecimento acumulado nos últimos 12 anos dá esse respaldo. Nem mesmo a figura do prefeito, que sempre gosta de dar palpites, atrapalha o bom funcionamento do órgão. “A gente sempre respeita as decisões políticas, mas nosso trabalho se fundamenta em preceitos técnicos”, frisou Cossetti.

Projeto das Cinco

Atualmente, a nova diretoria pretende dar um impulso ao órgão. No ano passado, através de quotas das prefeituras de Vila Velha, Serra, Viana, Cariacica, Coplan/IJSN, Instituto de Terras e Cartografia, Escelsa e Companhia Vale do Rio Doce, chegou a ser feito um trabalho de fotogrametria na região da Grande Vitória. Agora, o órgão necessita de aproximadamente Cz\$ 150 milhões para fazer a restituição aerofotogramétrica da região e já conta com o aceno positivo da Cesan, Telest e Escelsa e ainda da Cofavi, CST, Aracruz Celulose e outras empresas de grande porte. Com as restituições, o IJSN pretende constituir insumos básicos para a realização de estudos que possibilitem um planejamento integrado dos municípios da Grande Vitória, além de facilitar a localização espacial de equipamento, serviços de infra-estrutura e assentamentos urbanos, etc.

O IJSN também criou o “projeto das Cinco”, seminários internos e abertos à população. O projeto tem o objetivo de estender, para além da equipe técnica responsável por um estudo, o resultado de suas pesquisas, desde a política industrial, passando pelos programas de energia, meio ambiente, até a rede física das escolas públicas estaduais (convênio com a Sedu). Os seminários são realizados às terças e quintas-feiras, das 17 às 19 horas e já foram apresentados os seguintes estudos: “Proposta de Política de Diretrizes Setoriais para a Indústria no ES”; “Programa de Implementação do Modelo Energético Brasileiro”; “Diagnóstico e Proposta para uma Política Industrial para o ES”; “Estudos de Circulação nas Áreas de Influência dos Acessos à Terceira Ponte”; “Atuação do IJSN na Área de Meio Ambiente”; e “Estudos para a Definição da Política Habitacional para o ES”, ocorrido na última quinta-feira.

Nesta semana, serão apresentados os “Programas de Planejamento da Rede Física Escolar — Estudo da Oferta e Demanda Escolar do ES — Atendimento de Primeiro Grau” e “Grupos Sociais Organizados — Cadastro dos Grupos Sociais em Cariacica, Vila Velha e Serra”, na quinta-feira. Segundo Haroldo Corrêa Rocha, o “Projeto das Cinco” será permanente e já está sendo prevista uma série de atividades que buscam oferecer uma melhor compreensão da atual dinâmica do órgão.

dos Santos Neves passou por uma crise de identidade, mas avisa que a partir do Governo Max Mauro, “onde se prioriza a pesquisa e o planejamento”, o órgão passará a ser bastante exigido. Principalmente porque o Governo do Estado precisa avaliar também as ações dos grandes investidores privados, como a Aracruz Celulose, Portobrás, Petrobrás, etc, e “para que esses investimentos estejam mais adequados às necessidades da população capixaba, somente através de uma boa base técnica especializada, como é o caso do IJSN”, disse o coordenador da Coplan.

Incremento x Investimentos

A utilização do IJSN como um órgão técnico para subsidiar as ações governamentais, será retomada no Governo Max Mauro, como garantiu Ricardo Santos. Mas isso só será possível à medida em que o Governo também consiga reaver o planejamento estratégico para o Estado, aquele dimensionado para o médio e longo prazos, o que, segundo o coordenador da Coplan, já começa a acontecer. “Vamos exigir muito, em termos de estudos, projetos e até na captação de recursos, de modo a realmente auxiliar o Governo nas suas decisões”, frisou o secretário.

Ricardo Santos, entretanto, reconhece que para atender às futuras exigências do Governo, que ele garante que não serão poucas, o Instituto Jones dos Santos Neves forçosamente terá que ser fortalecido. Mesmo porque, como ele também admite, “para exigir, vamos procurar dar as condições necessárias para o seu bom funcionamento, inclusive salariais”. Mas para melhorar os salários, hoje abaixo da média do mercado, há também de se reformular o atual quadro, mantendo, a princípio, os 130 técnicos que hoje efetivamente trabalham no órgão.

A idéia do Governo é estreitar os entendimentos entre a direção do Instituto e as demais secretarias estaduais, de modo que os funcionários colocados à disposição permaneçam nesses órgãos. No momento, o Governo descarta a demissão dos 147 funcionários contratados pelo Instituto, cuja direção considera excedentes já que não exercem nenhuma atividade afeta ao órgão. A única exceção feita é com relação à equipe colocada à disposição da própria Coplan, uma vez que os dois órgãos mantêm um constante e permanente intercâmbio de conhecimentos.

Essa solução, no entanto, ainda enfrenta alguns obstáculos. A falta de condições das secretarias estaduais e outros órgãos da administração pública, onde estão esses funcionários, como é o caso do Detran, para contratar esse efetivo, poderá retardar o processo de remanejamento. Apesar disso, a própria direção do IJSN, acredita que o interesse maior para a manutenção desses funcionários são dos próprios órgãos, uma vez que são para eles que esse pessoal está vendendo sua força de trabalho.